



Sindicato inicia celebrações dos seus 30 anos de história e trabalho

O SINTPq visa fazer do seu 30º aniversário um canal de fortalecimento da sua relação com a categoria

Este ano que se inicia é especial para o SINTPq e para a categoria. No dia 13 de novembro, a entidade completará 30 anos de trabalho em prol dos profissionais da ciência, pesquisa e tecnologia. Para celebrar esse importante marco, uma série de atividades serão desenvolvidas ao longo do ano.

Eventos comemorativos já estão sendo organizados e terão suas datas e detalhes divulgados em breve. Parte das atividades será aberta à categoria, que terá a oportunidade de conhecer melhor sua entidade representativa. Outras ações serão dedicadas aos sócios do sindicato, que receberão merecidas homenagens por seu fundamental apoio ao SINTPq durante toda a sua trajetória.

Um minidocumentário institucional também está sendo produzido. O objetivo da produção é apresentar a história do SINTPq, seu atual trabalho e as perspectivas e objetivos para o futuro. O vídeo será lançado em breve, com exibição nos eventos e divulgação em plataformas online.

Outro foco desse importante marco será a ampliação do quadro de sindicalizados. No ano passado, o SINTPq conseguiu avançar nesse ponto, mas o índice ainda está aquém do ideal. Para 2020, as metas são ainda maiores e, para alcançá-las, diferentes campanhas já estão em planejamento.



Representantes do SINTPq e da Assipt (Associação dos trabalhadores do IPT) reunidos em 1993



Greve realizada no CPqD, em 1996, após descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho



Eleição entre os associados definiu logo comemorativo

Para celebrar suas três décadas de história e trabalho, o SINTPq elaborou dois logos comemorativos. As duas versões foram apresentadas em canais de comunicação exclusivos para os associados, que puderam avaliar cada uma delas e votar.

O modelo escolhido obteve ampla vantagem (94 votos a 14) e foi apresentado na última confraternização do sindicato, dedicada aos sindicalizados e realizada no dia 30 de novembro, no Hotel Fazenda Estância Atibainha.





Primeira-ministra da Finlândia sugere semana de trabalho de quatro dias

A nova primeira-ministra da Finlândia, Sanna Marin, sugere a adoção de uma jornada de trabalho alternativa, de 6 horas por dia e quatro dias na semana. A proposta de campanha de Marin, a mulher chefe de Estado mais jovem do mundo, foi lembrada pelo jornal britânico Daily Mail.

"Acredito que as pessoas merecem passar mais tempo com as suas famílias e os seus amigos, ocupados com hobbies ou a dar atenção a outros aspectos da vida, como a cultura. Este poderia ser o próximo passo para nós na vida profissional", disse Marin, antes de se tornar primeira-ministra.

A proposta de Marin é baseada em experiências anteriores que sugerem que a alteração seria benéfica. Em agosto, a Microsoft do Japão implantou uma semana de 4 dias e registrou um aumento de 40% na



produtividade. O modelo também já é utilizado na Suécia desde 2015 e apresenta bons resultados.

Atualmente, a jornada padrão de trabalho na Finlândia é de oito horas por dia, cinco dias na semana (40h semanais).



Carteira verde amarela pode estimular demissão e substituição de empregados

O desemprego em alta, jovens sem perspectivas, um país paralisado. Como “proposta” para mudar esse cenário, o governo Jair Bolsonaro criou a carteira verde e amarela, que isenta empresas de recolher tributos e reduz ou retira direitos dos trabalhadores.

A pretexto de reduzir o custo do trabalho para criar empregos, assim como a “reforma trabalhista”, de 2017, a MP 905 reduz, restringe ou elimina uma série de direitos – reduz o recolhimento do Fundo de Garantia e a multa em caso de demissão, cobra tarifa do trabalhador desempregado, elimina pagamento por jornadas em dias e horários extraordinários, inclusive fins de semana.

Para o economista Adhemar Mineiro, do Dieese, assim como a “reforma” trabalhista, a carteira verde e amarela não tem condições de promover crescimento de empregos de qualidade e promover uma melhora da



economia. Ele alerta que a MP 905 cria uma possibilidade de substituição de até 20% dos atuais empregados, com direitos regulamentados, por novos funcionários, com direitos reduzidos. “Pode aumentar as demissões”, afirma.